

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

RECURSO CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DA ARREMATANTE

A
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA FRIBURGO

Av: Alberto Braune, 224
Bairro: Centro
Nova Friburgo / RJ
CEP: 28.613-001
Fone: (22) 2533-1458 / 2525-9174 – Ramal 290
E-mail: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2022
DATA: 10/05/2022
HORÁRIO: 10:00

ITEM: 01

ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A)

A ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, tempestivamente, por seu representante legal, perante V. Sa., interpor recurso contra a classificação da empresa HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA / CNPJ 11.930.119/0002-60.

Ora recorrente participou do certame em referência, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES DO TIPO DESKTOP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, NAS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Vimos respeitosamente à vossa presença, com fundamento na Lei 8.666/93, no Decreto 10.024/19, c.c com o artigo 4º, inciso XVIII da Lei no 10.520/02 c.c. artigo 43, § 3º Lei 8.666/93, bem como o Edital de Licitação em questão, apresentar nosso recurso.

DA INTRODUÇÃO

Ao declarar Aceito e Habilitado no item 01 do Pregão em questão a empresa HORUS SERVICOS, manifestamos nossa intenção de interpor recurso, uma vez que a mesma não atendeu ao termo de referência do edital, ferindo dessa feita ao Princípio da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme comprovaremos abaixo, bem como razões de fato e de direito a seguir aduzidas que evidenciarão a necessidade de sua inabilitação/desclassificação.

Preliminarmente a recorrente pede licença para afirmar o respeito que dedica ao Senhor Pregoeiro e sua equipe de apoio e destaca que o presente RECURSO tem a única intenção de demonstrar o equívoco na aceitação/habilitação do licitante acima descrito, uma vez que, a empresa recorrida não atendeu o que pede o edital e a lei de licitações.

DOS FATOS E PROVAS

O presente pregão ocorreu no dia 10/05/2022, onde todos os licitantes colocaram suas propostas e documentos de habilitação antes da abertura das propostas e da fase de lances em conformidade com o item 10.1 do edital e art. 26 do decreto 10.024/19.

Neste momento o pregoeiro em conformidade com o art. 28 do decreto 10.024/19 e item 12.2 do edital, verificando a conformidade das propostas com o edital pôde desclassificar aquelas que não atenderem ao edital.

DO ITEM 12.2

"... 12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital."

DIZERES DO EDITAL ITEM 01 – (TERMO DE REFERÊNCIA)

"...Microcomputador Tipo Desktop - Descrição:

PROCESSADOR - processador 11.500k ou superior com frequência de no mínimo 3.2 GHz, com arquitetura x86-64; no mínimo 06 (seis) núcleos físicos e 06 (seis) threads; frequência real de clock interno de, no mínimo, 2,80 GHz; frequência turbo max de, no mínimo, 4,00 GHz; litografia de, no máximo, 14nm; cache interna de no mínimo 09 MB; velocidade de barramento de no mínimo 8 GT/s..."

DIZERES DA PROPOSTA FINAL REAJUSTADA ITEM 01

"...Microcomputador Tipo Desktop - Descrição:

PROCESSADOR: Core I5-10400 - processador com arquitetura x86 - 64; no mínimo 06 (seis) núcleos físicos e 06 (seis) threads; frequência real de clock interno de, no mínimo, 2,80 GHz; frequência turbo max de, no mínimo, 4,00 GHz; litografia de, no máximo, 14nm; cache interna de no mínimo 09 MB; velocidade de barramento de no mínimo 8 GT/s..."

Vejamos que, o processador solicitado no edital é o processador I5 11500K, ou seja, um processador inexistente no mercado.

O processador encontrado atualmente seria o I5 11500, levando em consideração a possibilidade de ter ocorrido um erro de digitação, o processador imediatamente superior ou equivalente ao solicitado seria o I5 11600, mas o arrematante ofertou o processador I5 10400, inferior ao termo de referência.

O processador ofertado também não atende às especificações mínimas exigidas. Dizeres do termo de referência: "(...) com frequência de no mínimo 3.2GHz (...)". Na proposta do arrematante, o processador ofertado I5 10400 apresenta frequência mínima de 2,80 GHz, afastando novamente das exigências mínimas constantes no edital.

Sendo assim a empresa HORUS SERVICOS descumpriu os requisitos do edital no que diz respeito à especificação técnica.

DO DIREITO

Determina o art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, a obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Também o renomado jurista Hely Lopes Meirelles, "in" Direito Administrativo Brasileiro, traz comentários sobre o tema:

"estabelecidas às regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento."

Há que se considerar, ainda, o art.44, "caput", e §1º, da mesma Lei Federal nº 8.666/93, prescreve:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei".

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. "

É de conhecimento notório que o procedimento licitatório é formal, concretizado sob regime de direito público, o qual deve ser seguido em seus estritos termos, definidos tanto pela lei quanto pelo Edital, que se destina a garantir a aplicação do preceito constitucional que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No mesmo sentido é o ensinamento do Professor Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"O descumprimento às regras sobre 'condições de participação' acarretará a exclusão do licitante (inabilitação, se for o caso), por ausência de comprovação do preenchimento das condições do direito de licitar".

Com isso, conclui-se que o Edital, com todas as suas especificações referentes ao objeto deve ser rigorosamente obedecido, tanto pelos licitantes como pela Administração Pública.

Neste sentido averba Hely Lopes Meirelles, "in" Licitação e Contrato Administrativo, Malheiros, 11ª ed., pág. 31:

"... que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. (...)

Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (...)

A documentação não pode conter menos do que foi solicitado, e as propostas não podem ofertar nem mais nem

menos que o pedido ou permitido pelo edital.”

CONCLUSÃO

De acordo com os fatos apresentados acima, em concordância com o princípio da vinculação ao edital, solicitamos que seja revista a decisão de classificação da empresa HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA / CNPJ 11.930.119/0002-60 referente ao Item 01 e que seja cumprido o item (“...15.6. Se a proposta ou lance vencedor for

desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação....”)

DO PEDIDO

Ante o acima exposto, vimos à presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito e o máximo acatamento, a fim de requerermos, se digne em:

- a) Receber e conhecer o presente Recurso Administrativo;
- b) Seja dado provimento ao presente recurso para reformar a decisão do Ilustre Pregoeiro, declarando como desclassificada a empresa HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA.
- c) A presente seja julgada de acordo com as Legislações pertinente à matéria e em respeito aos princípios basilares do direito.

Todavia, não sendo esse o entendimento de V. Sa., requer que sejam os autos remetidos à autoridade superior competente para que, após sua análise, defira os pedidos ora exarados.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2022.

Arquimedes Automação e Informática Ltda
Danilo Sérgio Salles Teixeira
Representante Legal

Fechar